UNIFEV | 2024

PLANO DE ACESSIBILIDADE INSTITUCIONAL

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

unifev

unifev

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

Anderson Bençal Indalecio	Pró-Reitor Acadêmico
Anna Priscilla Romera	Profa. Esp. Em Educação Especial
Denise Nayana G. do Amaral	Engenheira Institucional
Eric de Oliveira Freitas	Prof. Coordenador de curso de EaD
Fernando Datorre	STI - Desenvolvimento
Graziele Karine de Marchi Magalhães	Comunicação e Marketing
Iani Gabriella Pádua Marques	Central de Relacionamento
Iza Valéria da Silva Pires	Procuradoria Institucional
Juliana Pinto dos Santos	Prof. Dra. Do curso de Psicologia
Lúcia Helena Menóia da Silva	Prof. Esp. Em Educação Especial
Luciana de Campos Pinto	Prof. Ma. Corrdenadora de Veterinária
Márcia Aliria Durigan	Assessoria Jurídica
Maria Júlia Barbieri	Prof. Ma. Arquiteta
Ricardo Venancio Mendes	STI Infraestrutura
Rogério Rocha Matarucco	Comissão Própria de Avaliação
Sidnei Xavier Junior	Gestão Comercial

Aprovado pelo CONSEPE - Conselho de Ensino, Pequisa e Extensão em: 09/09/24 conforme Resolução n.º 13.

Prof. Dr. Anderson Bençal Indalécio
Presidente do Consepe

unifev

Sumário

1. Introdução 4
2. Plano de Acessibilidade 4
3. Metodologia de trabalho 8
4. Condições atuais de Acessibilidade na Unifev 9
4.1 Acessibilidade Arquitetônica 9
4.2 Acessibilidade Atitudinal 10
4.3 Acessibilidade Metodológica 11
4.4 Acessibilidade Programática 13
4.5 Acessibilidade nas Comunicações 15
4.6 Acessibilidade Digital 16
5 Considerações finais 18

1. Introdução

O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida pela LEI Nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Esse documento tem por objetivo apresentar as condições de acessibilidade em nossa instituição de ensino bem como, elaborar o levantamento e diagnósticos sobre acessibilidade compreendida nos seguintes aspectos: arquitetônica, atitudinal, metodológica, programática comunicacional e digital.

2. Plano de Acessibilidade

O direito da pessoa com deficiência à educação superior está fundamentado nos princípios e diretrizes contidos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que assegura e promove em condições de igualdade "o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania". (Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015).

Para garantir a acessibilidade e inclusão dos alunos, professores e colaboradores que apresentam algum tipo de deficiência, seja ela física, intelectual ou sensorial, são realizadas pela Unifev ações caracterizadas por oportunizar que os mesmos desfrutem com autonomia e dignidade dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Com isso, o trabalho de sensibilização é constante na Unifev, a começar pela implementação de uma Política de Acessibilidade, corroborando com o que estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 3º, que define acessibilidade como a [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e

instalações abertas ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Do ponto de vista acadêmico, os desafios em relação à acessibilidade são os mais variados possíveis. Por isso, as políticas que são implementadas na Unifev propõem e gerenciam a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, instrumentais, comunicacionais e digitais, tanto na sala de aula, quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam o acesso e permanência dos acadêmicos e demais colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

Corroborando com os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES, 2013), a Unifev estabelece nas suas políticas de acessibilidade, a inclusão dos estudantes, professores e colaboradores com deficiência e/ou mobilidade reduzida, envolvendo desde os processos de seleção, planejamento, composição do quadro de profissionais, condições de infraestrutura arquitetônica, serviços de atendimento ao público e na disponibilização de materiais pedagógicos e demais recursos.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Capítulo IV, do direito à Educação, Artigo 27, destaca que a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Em acordo com o exposto no documento supracitado, a Unifev promove, em suas políticas referentes a acessibilidade, as seguintes ações:

I. Atuar, de forma colaborativa com os professores dos diferentes cursos, visando à definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação no grupo;

II. Promover as condições para a inclusão do estudante em todas as atividades acadêmicas;

III. Informar a comunidade acadêmica acerca da legislação e normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional;

IV. Preparar material específico para o uso do estudante na sala de aula;

V. Orientar o professor quanto à elaboração de materiais didático pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes nas atividades de salas de aula;

VI. Deliberar na interface com profissionais da saúde, professores e gestores institucionais, acerca do atendimento a ser dado a cada estudante, considerando o tipo de deficiência e a especificidade de cada caso;

VII. Promover programas de sensibilização, formação e capacitação de professores e funcionários da Unifev em atendimento inclusivo e que assegure a acessibilidade;

VIII. Realizar anualmente pesquisa com estudantes, professores e funcionários técnico- administrativos com deficiência com o intuito de mensurar as melhorias nas instalações da IES para melhor atendê-los;

IX. Divulgar projetos de comunicação e eventos relativos à inclusão e acessibilidade.

Neste sentido, a Unifev, que é uma Instituição de Ensino Superior socialmente responsável, atenta e preocupada com essas questões, implementa nas suas instalações melhorias que favorecem a acessibilidade de toda comunidade acadêmica, bem como dos cidadãos que necessitam utilizar os serviços disponibilizados pela Instituição. A Unifev pretende, com isso, que o paradigma de qualquer tipo de preconceito, discriminação e/ou algo que equivalha seja minimizado e extinguido na IES e na sociedade como um todo. Nesse sentido, trabalha com os diferentes aspectos da acessibilidade, a saber:

I. **Acessibilidade Arquitetônica:** refere-se a ações de adequações em todos os espaços físicos da Instituição, visando a garantia de acesso, assistido ou não, da comunidade acadêmica a todas as instalações da IES (rampas, piso tátil, sinalizações em braile, elevador, banheiros adaptados).

II. **Acessibilidade Atitudinal:** refere-se à mudança de atitudes, comportamentos e percepções para eliminar barreiras e preconceitos, promovendo um ambiente inclusivo e respeitoso para todos.

III. **Acessibilidade Metodológica** (também conhecida como pedagógica): ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente a concepção subjacente a atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

IV. **Acessibilidade Programática:** ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior.

V. **Acessibilidade nas Comunicações:** eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais LIBRAS), escrita (revista, livro, apostila etc., grafia ampliada, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).

VI. **Acessibilidade Digital:** eliminação de barreiras na comunicação, tecnologias assistidas, englobando equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência.

A Unifev entende que acessibilidade é um direito de todo cidadão em todos os espaços e setores da sociedade. E, mais do que nunca, é um fator de inclusão e de responsabilidade social estar atento na eliminação de possíveis barreiras que impeçam as pessoas de circularem e usufruírem de tudo que compõem as suas instalações.

Além disso, leva em consideração as leis e decretos vigentes sobre o assunto, e em específico àquelas que fazem referência à acessibilidade nos ambientes educacionais: o DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, que regulamenta as Leis

nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, também tem como base o DECRETO No 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Também se fundamenta nas normas que se aplicam para a garantia da acessibilidade a saber: a NBR 9050 (Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos) NBR NBR 16537 (Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação) l e a NBR 15599 (Acessibilidade - comunicação na prestação de serviços).

Ademais objetiva garantir o cumprimento da Portaria no 3.284, de 7 de NOVEMBRO de 2003 do Ministério da Educação que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

3. Metodologia de trabalho

A metodologia baseia-se no estudo e análise da documentação referente à acessibilidade e no diagnóstico das condições da Unifev com relação ao atendimento das exigências constantes nas leis, decretos, normas e portarias. Dessa forma, com diagnósticos e levantamentos das condições, indicando a atual situação de nossa IES, abordando dentre todos os aspectos da acessibilidade, o que já está implementando, o que ainda não está implementado e a proposição para elaboração de planos de ação e suas execuções.

O corpo técnico da comissão foi composto pelo quadro de funcionários da própria Instituição que pudessem trazer contribuições específicas à cada aspecto da acessibilidade. Para tanto, contou com profissionais da área de arquitetura, engenharia civil, comunicação, pedagogia, psicologia, informática, tecnologia, pesquisa, direito e administrativo. Esses profissionais desempenham funções de docente, de coordenação

e de supervisão de diversos setores de modo que pudessem trabalhar a questão da acessibilidade de forma abrangente.

A metodologia de trabalho se fundamentou em reuniões periódicas que procederam a análise o diagnóstico e planos de ação referentes a cada aspecto da acessibilidade, no entanto, é importante frisar que essas áreas se permeiam a todo momento, pois é exatamente a interrelação entre todos esses aspectos que garantem a compreensão da Acessibilidade enquanto conceito.

4. Condições atuais de Acessibilidade na Unifev

A Unifev apresenta muitos aspectos da acessibilidade já implementados e em pleno funcionamento que contemplam as condições previstas nas legislações, decretos e portarias já citados anteriormente.

4.1 Acessibilidade Arquitetônica

A Acessibilidade Arquitetônica é condição primordial para a garantia de inclusão da comunidade externa, acadêmica e do corpo técnico-administrativo de nossa IE e pode ser entendida como a eliminação de barreiras físicas e espaciais, bem como a adequação dos espaços para a utilização em quaisquer condições de necessidades especiais.

Sendo assim, a Unifev, passou pelos últimos anos, por um grande processo de readequação de espaços e implantação de equipamentos que visam promover as condições de uso e a inclusão dos usuários. Num primeiro momento, foi elaborado um levantamento, realizado pelo Núcleo de Arquitetura e o setor Obras de nossa IES, que analisou todas as condições de acessibilidade física nos espaços da Instituição. Também foram realizados, pelos mesmos, todos os projetos de readequações físicas baseados na NBR 9050 que normatiza a acessibilidade à edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos e na NBR 16537 que normatiza o projeto e instalação de piso tátil.

Atualmente, a Unifev está livre de barreiras físicas em seus espaços, garantindo aos usuários acesso a todos os ambientes de seus dois câmpus e dos laboratórios

externos. Nesse processo de implantação foram contemplados vários itens constantes na NBR 9050 e NBR 16537, entendendo todas as escalas de acessibilidade, e adequando portanto, desde espaços de circulação de automóveis com destinação de vagas à deficientes devidamente sinalizadas, passando pelos espaços de circulação de pessoas, todos acessíveis por rampas e elevadores quando necessários, os ambientes didáticos e administrativos são todos acessíveis, incluindo balcões e guichês de atendimento, mobiliário de laboratórios, salas de aula, auditórios e espaços de uso coletivo como lanchonetes e cantinas. Os equipamentos sanitários também possuem cabines acessíveis e equipadas, de acordo com a norma vigente.

Com relação a sinalização destinada a deficientes visuais, a Unifev, está no processo de projeto e execução do projeto de piso tátil nas áreas internas da instituição para atender todas as salas de aula e áreas administrativas e também está realizando a reforma e adequação dos pisos já instalados nas áreas externas, visto que muitas obras e novos espaços foram inaugurados nos últimos cinco anos, além do piso tátil a IES também conta com mapas táteis e sinalização em braile.

Nesse sentido, a situação atual da IE com relação a acessibilidade arquitetônica está praticamente adequada e atende à legislação vigente, a Unifev possui um Plano de Garantia de Acessibilidade Física que trata, especificamente, dessa questão e que é constantemente atualizado em função da criação de novos espaços para acompanhar as mudanças e evolução dos seus espaços físicos.

4.2 Acessibilidade Atitudinal

A Acessibilidade Atitudinal na Unifev é crucial para garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, possam participar plenamente do ambiente educacional. Ela envolve a mudança de comportamentos, valores e atitudes da comunidade escolar, eliminando preconceitos e estereótipos que dificultam a inclusão. Professores, funcionários e colegas devem ser capacitados para reconhecer e respeitar as diferenças, criando um ambiente acolhedor e empático. Essa acessibilidade é essencial para promover a equidade, fortalecer o senso de pertencimento dos alunos e

permitir que todos alcancem seu potencial máximo.

O NAPPS (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte, sensibilizar a comunidade escolar e implementar ações direcionadas que asseguram a promoção de atitudes inclusivas em todos os níveis dentro da IES.

Desde 2016, o NAPPS tem realizado treinamentos para funcionários e docentes, focando na capacitação para o atendimento de pessoas com necessidades especiais. As capacitações precisam ser intensificadas para que haja uma expansão nas discussões para incluírem as análises das condições de grupos que enfrentam discriminação social, como a população negra e a comunidade LGBTQIA+.

No Acolhe ao Discente em 2024, o NAPPS teve um importante papel de recepcionar os calouros e esclarecer todos os direitos a eles reservados.

Portanto, é possível afirmar que a Unifev está progredindo no cumprimento das exigências relacionadas à Acessibilidade Atitudinal.

4.3 Acessibilidade Metodológica

A Acessibilidade Metodológica compreende as práticas pedagógicas que visam a inclusão de todos os indivíduos no processo educacional. A Unifev tem buscado alternativas ao acesso e permanência dos alunos com deficiência nas diferentes atividades desenvolvidas pela comunidade universitária. Em nossa IES, as metodologias de aprendizagem são elencadas e priorizadas, por meio de adaptações curriculares de conteúdos programáticos, nos projetos Pedagógicos dos Cursos.

A Comunidade Acadêmica, em especial os professores, concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência. A Unifev oferece o acompanhamento dessas demandas a todos os discentes por meio do Programa de Nivelamento e pelo NAPPS, já citado anteriormente.

O NAPPS oferece apoio à comunidade acadêmica por meio de orientações e assistência, visando o desenvolvimento integral e harmonioso, otimização dos recursos pessoais e preparo para o exercício profissional dos discentes, bem como suporte para os colaboradores e docentes. O Núcleo é denominado de Apoio Psicopedagógico e Social em razão de constituir uma área de integração das Ciências do Comportamento e da Educação aplicada ao desenvolvimento do estudante, facilitando-lhe o uso de seus recursos pessoais nos estudos acadêmicos. São objetivos do NAPPS:

a) Minimizar dificuldades de relação interpessoal, dificuldades de aprendizagem e situações de estresse ocasionadas por motivos diversos;

b) Desenvolver programas de apoio psicopedagógico e de acolhimento ao aluno ingressante e estrangeiro;

c) Amenizar as possíveis interferências no processo ensino-aprendizagem e melhorar a integração do estudante em seu universo acadêmico e social;

d) Favorecer a melhoria da qualidade de vida dos discentes, investigando fatores que desencadeiam problemas psicossociais e de saúde;

e) Apoiar os estudantes visando o seu desenvolvimento como pessoas através da utilização de seus recursos próprios;

f) Realizar eventos a partir das necessidades e da demanda do alunado e de dados oriundos de pesquisas, como ações de inclusão a pessoas com deficiência e respeito à diversidade;

g) Realizar capacitações a colaboradores técnico-administrativos e docentes para o melhor atendimento à diversidade e a pessoas com deficiência, a partir da identificação de demandas e por meio da realização de projetos devidamente aprovados pela Reitoria e pela Mantenedora da Unifev;

h) Realizar eventos e ações como forma de combater qualquer tipo de discriminação e de garantir um ambiente acadêmico que valorize a inclusão, as diversidades, a igualdade e equidade;

i) Oferecer acolhimento e suporte aos colaboradores e docentes que

buscarem pelo serviço.

O acesso ao atendimento no NAPPS se dá por procura espontânea, por encaminhamento de professores ou coordenadores, ou mediante solicitação da família, no caso dos alunos.

Além da realização de atendimentos individuais, o NAPPS participa de ações coletivas, como participação em reuniões e eventos da Comissão do Acolhe docentes e discentes, palestras internas e externas, projetos em parceria com os núcleos de Acessibilidade e Direitos Humanos, como os projetos Varal dos Direitos Humanos e Curta na Quarta.

A diversificação curricular e a flexibilização do tempo e utilização de recursos variados para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como a avaliação adaptada. Sendo assim, é possível constatar que atualmente, a Unifev tem promovido em sua prática metodológica ações que garantem a acessibilidade aos processos acadêmicos e educacionais. No entanto, entende-se que é necessário dar continuidade nesse processo, para melhorar e adequar as condições da Acessibilidade Pedagógica, que talvez seja o mais complexo dos aspectos da acessibilidade, uma vez que envolve a atividade fim da IES e para que possa então cumprir a missão institucional de modo pleno.

4.4 Acessibilidade Programática

A Acessibilidade Programática diz respeito à eliminação das barreiras relativas à falta de conhecimento e acesso às políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros) que tratam as pessoas com necessidades especiais.

Nesse sentido a Unifev, via Central de Relacionamento faz a recepção dos estudantes e presta o apoio necessário a inclusão das pessoas com deficiência, esclarecendo todas as dúvidas e encaminhando, quando necessário, ao NAPPS para acompanhamento especial. Além disso, a Unifev, disponibiliza no site o Manual do Aluno onde podem ser encontradas todas as informações necessárias a rotina acadêmica dos

estudantes.

A Central de Relacionamento também presta atendimento preferencial aos idosos, pessoas com necessidades especiais, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo, previsto na LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.

Na Central de Relacionamento de ambos os câmpus, há placas informativas sobre atendimento preferencial no guichê. A instituição oferece atendimento prioritário para garantir que todos sejam recebidos com a atenção necessária, especialmente aqueles que possuem direitos específicos. Nos casos em que for necessário um atendimento especializado para o qual a equipe de atendimento não esteja preparada, o solicitante será encaminhado ao NAPPS (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Social), para que se providencie o suporte adequado para cada situação.

A instituição disponibiliza, quando solicitado pelo estudante na Central de Relacionamento, acompanhamento acadêmico durante toda a sua permanência na Instituição, conforme prevê a legislação vigente. O pedido é registrado quando, durante o processo de inscrição no vestibular ou no ato da matrícula, o estudante indica no campo apropriado que possui alguma deficiência, ou quando, ao longo de sua vida acadêmica, necessitar de atendimento ou suporte especial, mesmo que temporário. Em seguida, a solicitação é encaminhada ao setor de Atendimento ao Aluno, que registrará um requerimento no sistema acadêmico e o encaminhará ao NAPPS. Este entrará em contato para identificar e compreender as necessidades do discente, detalhando-as no parecer do requerimento. O parecer seguirá o fluxo necessário para ser encaminhado ao setor responsável, que tomará as providências para atender às demandas indicadas. Por exemplo, se a demanda for relacionada a acessibilidade arquitetônica ou mobiliário especial, o requerimento será encaminhado ao setor de Infraestrutura para as devidas providências. Posteriormente, a coordenação e o corpo docente serão informados para que possam acompanhar a especificidade de cada caso. No fluxo do requerimento, além do setor de Atendimento ao Aluno, NAPPS, Coordenação de Curso e setores responsáveis, a Pró-reitora Acadêmica também será informada.

Para o aluno com mobilidade reduzida temporariamente, que necessita de alguma condição especial como mobiliário adaptado, alteração na sala de aula ou até mesmo ajuda para acessar o campus, existe um outro requerimento que também é encaminhado aos setores responsáveis para atender as demandas solicitadas pelo aluno.

Com relação ao corpo docente e administrativo essa recepção é feita pelo setor de RH da IES que também presta o apoio necessário nas situações demandadas.

Para atendimento e permanência na Biblioteca, existe a visita guiada: que consiste em um colaborador acompanhar/conduzir a pessoa com necessidades durante sua permanência no espaço. O atendente fará a indicação e viabilizará o acesso aos espaços físicos, aos banheiros (que deverão estar sempre destrancados e prontos para o uso); aos bebedouros; aos elevadores (com botoeira em Braille e sinal sonoro); aos assentos e aos computadores sinalizados para "Uso Preferencial e Prioritário", e aos materiais (livros, folhetos, CDs, DVDs e periódicos), disponibilizados pelas Bibliotecas. Havendo necessidade, o atendente fará a descrição ambiental, de textos e de imagens. Para se comunicar com pessoas com deficiência auditiva ou surdez, que não fazem leitura labial, será utilizada a escrita e, se necessário, o atendimento será realizado por um intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Nesse sentido, a situação atual da IES com relação a acessibilidade programática está praticamente adequada e atende à legislação vigente.

4.5 Acessibilidade nas Comunicações

A acessibilidade nas comunicações diz respeito à eliminação de barreiras que dificultem o acesso à informação e a possibilidade de expressão em quaisquer meios de comunicação, incluindo os dispositivos tecnológicos.

Nesse sentido a Unifev, no que trata da comunicação institucional com os alunos, possui diferentes mídias, que convergem entre si e, de um modo geral e contemplam as mesmas informações, em diferentes linguagens e canais, o que torna grande parte das nossas notícias e informações acessível, ora pela linguagem escrita (impressa e digital), ora pela audiovisual (sites, redes sociais, aplicativos, rádio e tv).

É importante frisar que a acessibilidade nas comunicações permeia vários outros aspectos, uma vez que a natureza das relações humanas é baseada na capacidade de trocar informações e por assim dizer, se comunicar. Sendo assim, entende-se que esse aspecto está contemplado em outros já citados anteriormente.

Atualmente o site institucional contempla: aumento de fonte para leituras aumentada, o V Libras, que facilita a comunicação e o acesso à informação para pessoas surdas, traduzindo automaticamente conteúdos em português para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e no que diz respeito a produção de conteúdo informativos sejam eles para comunidade interna ou externa, faz-se o uso de textos, artes, vídeos legendados e outros.

No entanto, a IES nesse diagnóstico entende que necessita de ações a fim de eliminar as barreiras comunicacionais que ainda existem e ampliar a inclusão de seus discentes, docentes e corpo técnico administrativo.

4.6 Acessibilidade Digital

A Acessibilidade digital diz respeito à capacidade de um produto ser flexível para atender o maior número de pessoas possível, incluindo as portadoras de algum tipo de deficiência. Sendo assim, visa quebrar as barreiras existentes para a utilização das ferramentas e dispositivos de acesso à informação inclusive promovendo a interação com dispositivos de tecnologia assistiva.

Os softwares de acessibilidade disponíveis na Unifev são DOSVOX e NVDA, softwares de utilização para pessoas com deficiência visual e VLibras software de utilização para pessoas com deficiência auditivas.

O **DOSVOX** é um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto grau de independência no estudo e no trabalho. O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a síntese de textos pode ser configurada para outros idiomas. **NVDA** é uma plataforma para a leitura de tela,

um programa em código aberto que vai "ler" o Windows para facilitar a inclusão digital de deficientes visuais. NVDA é um acrônimo para "NonVisual Desktop Access", traduzido para o português, significa desktop de acesso não visual.

O **VLibras** é uma plataforma de código aberto, livre e gratuita, que traduz automaticamente conteúdos digitais em diversos suportes (textos, áudios e vídeos) para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) através de tradução automática e uso de um Avatar 3D, tornando computadores, dispositivos móveis e websites acessíveis para pessoas surdas.

Nesse sentido, a IES disponibiliza a acessibilidade digital em suas bibliotecas, conforme descrito no Guia de Atendimento da Pessoa com Deficiência das bibliotecas da IE que promove a orientação e apoio imediato ao usuário sobre a utilização de recursos informacionais (catálogo online, acervo, Internet e Softwares de acessibilidade) e serviços disponibilizados pelas Bibliotecas.

Entende-se por imediato o atendimento prestado antes de qualquer outra pessoa, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento. Serviços oferecidos:

I. Computadores destinados ao "Uso Preferencial e Prioritário", que, além do acesso à Internet, permitem o acesso aos softwares DOSVOX e V-Libras, como também a fones de ouvido, atendendo às pessoas com baixa-visão ou cegueira e às pessoas com deficiência auditiva ou surdez respectivamente. O DOSVOX, é software sintetizador de voz, com recursos de acessibilidade do sistema operacional Windows (narrador, lupa, alto contraste, legendas ocultas, teclado virtual, mouse acessado pelo teclado, dentre outras opções), às pessoas com baixa-visão ou cegueira. Por meio da suíte V-Libras, os conteúdos em LIBRAS, são gerados a partir da tradução de textos, legendas ou áudio ou em língua portuguesa, e são representados por um agente animado virtual 3D (avatar-3D).

II. Cada uma das bibliotecas também conta com um computador e um fone de ouvido (para audição dos livros falados e de textos convertidos para áudio).

III. Os laboratórios de informática da Unifev, dos câmpus Centro e Cidade Universitária, tem softwares de acessibilidade instalados nos computadores, nas primeiras bancadas de cada laboratório. Na biblioteca, também dos dois câmpus, estão instalados nos computadores destinados para as pessoas com necessidades de acessibilidades, devidamente identificados como prioritários.

IV. A instituição, através do setor de apoio aos laboratórios de Informática disponibiliza, sob demanda, teclado com teclas em Braille ampliadas com alto contraste para atender às necessidades específicas de usuários com baixa visão. Essa solução permite que todos os membros da comunidade acadêmica tenham acesso a recursos computacionais de forma mais inclusiva e independente a solicitação pode ser feita diretamente para o técnico dos laboratórios na sala de apoio.

No entanto, é necessário ampliar a acessibilidade digital para os outros ambientes físicos e virtuais da IES, incluindo sites e plataformas de tecnologia de informação e comunicação.

5 Considerações finais

Garantir o acesso pleno à educação é tarefa complexa que demanda a interpenetração de várias áreas e ações conjuntas. A Unifev está comprometida com o processo de inclusão e tem ciência de que o caminho a ser trilhado para essa garantia é longo, no entanto, faz parte de nossa missão institucional buscar a excelência e é para isso que trabalhamos.

Nosso maior objetivo é propor novos planos de ação, planejar ações futuras e buscar apresentar soluções e condições com relação à acessibilidade em todos os aspectos elencados neste documento. É importante salientar que os quesitos de acessibilidade apresentados, não devem ser compreendidos isoladamente, mas sim em conjunto, pois eles se convergem em vários aspectos.